

PROTOCOLO Nº 162
Data 24/10/11 16:54 Horas
Ana Paula
Serviço de Expediente



Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação
em 07/11/11

Presidente

Anápolis, 18 de outubro de 2011.

Ofício nº 053/2011-PL
VETO Nº 011/2011

Excelentíssimo Senhor
AMILTON BATISTA DE FARIA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 59, da Lei Orgânica do Município, apresento a Vossa Excelência, **VETO TOTAL** ao Autógrafo de Lei nº 077/2011, por contrariedade à Constituição Federal, que "*Determina a instalação de lombifaixas nas proximidades das escolas e hospitais por parte da CMTT e dá outras providências*", apresentando, para tanto, as **RAZÕES DO VETO** abaixo:

O Autógrafo de Lei nº. 077/2011 visa a implantação de travessias elevadas, conhecidas como lombifaixas, nas vias do Município situadas nas proximidades de Escolas Municipais, Estaduais, Universidades, CMEIS, Creches, Hospitais e Asilos.

Insta salientar, inicialmente, que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Anápolis estabelecem competências exclusivas de iniciativa para elaboração e proposição de determinadas leis.

Analisando a proposta parlamentar infere-se que a determinação legal de implantação de lombifaixas no Município gera impacto no orçamento, implicando em aumento de despesas não previstas para seu efetivo cumprimento.

Nesse sentido, a Lei Orgânica do Município prevê no artigo 54, inciso IV, a competência exclusiva do Chefe do Executivo para iniciativa de projetos de lei que disponham sobre matéria orçamentária, *in verbis*:

Art. 54. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponha sobre:

(...)

IV- organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços e pessoal da administração.

Considerando a disposição da Lei Orgânica sobre a competência exclusiva do Prefeito para iniciar projetos cuja matéria seja afeta a questões orçamentárias conclui-se o vício da iniciativa do Autógrafo de Lei em questão.

Pautado no mesmo raciocínio, o artigo 147, inciso I, da Lei Orgânica veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

A



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
Procuradoria Geral do Município
Processo Legislativo

Portanto, ante aos argumentos apresentados, resta indubitável o vício de iniciativa, uma vez que foge a competência do Poder Legislativo considerando as prerrogativas institucionais do Poder Executivo.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que motivam VETAR o Autógrafo de Lei nº 077/2011, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa Augusta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Antônio Roberto Otoni Gomide
Prefeito de Anápolis



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Nº 077/2011

Assunto: Autógrafo de Lei

VETADO 24/10/11

LEI DE Nº 077/11 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.
“DETERMINA A INSTALAÇÃO DE LOMBO-FAIXAS NAS PROXIMIDADES DAS ESCOLAS E HOSPITAIS POR PARTE DA CMTT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica determinado ao Chefe do Executivo a instalação de Lombo-Faixas, à 50 (cinquenta) metros de distância, nas entradas principais das **Escolas Municipais, Estaduais, Universidades, CMEIS, Creches, Hospitais e Asilos**, localizados no Município de Anápolis.

Art. 2º – As instalações das Lombo-Faixas ficarão sobre a responsabilidade da CMTT – Companhia Municipal de Trânsito e Transporte, e deverão ser concluída no máximo em 06 (seis) meses após a publicação da presente Lei.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2011.


Amilton Batista de Faria
=Presidente=


Wesley Clayton da Silva
Fernando de Almeida Cunha
VEREADOR
=1º Secretário=